

Para  
expressar  
a liberdade

# Desafios e perspectivas na regulação da mídia no Brasil

Seminário Internacional 'Regulação da Mídia e Direito à Comunicação',  
São Paulo (SP) – 23 e 24 setembro de 2015





# Comunicação: um direito ignorado no Brasil

- ! CONCENTRAÇÃO:** No Brasil, meios de comunicação estão concentrados nas mãos de poucas empresas privadas familiares que possuem concessões de rádio e TV, além de publicações impressas há décadas.
- ! DOMÍNIO PRIVADO:** A comunicação social no Brasil se transformou em um negócio dominado por grupos oligopólicos, em consequência da ausência de limite legal à propriedade cruzada (concentração de diferentes mídias).
- ! VÁCUO LEGAL:** Normas da Constituição de 1988 ainda não foram regulamentadas, como limites ao monopólio/oligopólio, regionalização da programação e distribuição equitativa entre canais comerciais, estatais e públicos. **A principal legislação do setor tem 53 anos!**
- ! CONTROLE POLÍTICO:** O setor está direta e/ou indiretamente ligado a políticos, que têm concessões de canais de rádio, TV, além de outras mídias (atualmente, **mais de 40 parlamentares controlam emissoras no país**), violando o art. 54 da CF.

# Os donos da palavra (e do \$)

**!** **MENOS** de dez grupos familiares controlam 70% da mídia no Brasil (*Fonte: BBC*).

**!** **TRÊS** têm maior peso: a família Marinho (Rede Globo) tem **38,7%** do mercado, o bispo da Igreja Universal Edir Macedo (maior acionista da Rede Record), tem **16,2%** e Silvio Santos (SBT) **13,4%**. (*Fonte: BBC*).

**!** **FAMÍLIA MARINHO** também é proprietária de emissoras de rádio, jornais e revistas (propriedade cruzada). É a maior fortuna do país, com quase 30 bilhões de dólares, segundo a revista Forbes.

**!** **REDES:** Há 33 redes de TV identificadas no País, 24 delas estão sediadas em São Paulo. Esse mecanismo impede que haja diversidade e regionalização da programação! (*Fonte: Projeto Donos da Mídia*).

**!** **70% DAS VERBAS PÚBLICITÁRIAS OFICIAIS** estão concentradas em 10 veículos no país, reproduzindo a lógica de concentração com apoio do próprio Estado. (*Fonte: Folha de S. Paulo*)



# População defende regulação da mídia

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2013) mostra que a população é favorável a existência de mais regras para o setor de comunicação.

**71% dos entrevistados são favoráveis a que haja mais regras para se definir a programação veiculada pelas emissoras**



# População defende regulação da mídia

A pesquisa ainda mostra:

- ! A TV aberta e rádio são as maiores fontes de informação da população.
- ! Para 60%, as concessões são empresas de propriedade privada, como qualquer outro negócio.
- ! 61% consideram que a TV costuma dar mais espaço para os empresários que para os trabalhadores.
- ! 54% acha que a TV não mostra muito a variedade do povo.
- ! 88% apoia mudanças na legislação para a publicidade de bebidas alcoólicas.



# A luta popular pela democratização da comunicação no Brasil

---

- Não há como falar em democracia sem que o sistema de comunicação assegure pluralidade e diversidade de ideias e opiniões.
- No Brasil, a mídia é controlada por uma elite empresarial com fortes vinculações políticas e partidárias. O cenário atual ainda é de brutal concentração, com predominância de oligopólios/monopólios e pouquíssima expressão da diversidade cultural/política/social do país!
- Concentração também se dá nas telecomunicações e até mesmo na internet, que apesar de ser uma plataforma muito mais democrática, os conglomerados de mídia também atuam com cada vez mais força nesse ambiente.
- O FNDC e dezenas de outras organizações parceiras tem participado ativamente de um esforço para transformar esse cenário, desde a Constituinte de 1988, a luta pela Lei do Cabo, pelas rádios comunitárias, passando pela Confecom de 2009 e iniciativas mais recentes.



# Os desafios para democratizar a comunicação no Brasil

---

A avaliação do movimento social é que o Brasil precisa debater e efetivar ações abrangentes para democratizar o seu sistema de comunicação. São dois desafios fundamentais nesse cenário atual:

! 1) Modernizar e atualizar a legislação do setor, uma nova lei para um novo tempo! É preciso aprovar um marco legal para o setor no país! Nossa estratégia é o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática!

! 2) Agenda de curto prazo: o que não depende de um novo marco legal das comunicações.



# Projeto de Lei da Mídia Democrática

Lançado em 1º de Maio deste 2013, o texto do projeto de lei de iniciativa popular contempla amplo debate da sociedade civil que resultou em propostas elaboradas por representantes dos movimentos sociais para a regulamentação do setor da comunicação, em especial rádio e televisão. O texto do projeto foi construído por militantes da área, de movimentos sociais diversos, técnicos e acadêmicos

O projeto de lei de iniciativa popular é um instrumento legítimo previsto na Constituição Federal de 1988, que exige o apoio de 1% da população eleitoral por meio de assinaturas, o que no caso do Brasil representa cerca de 1,3 milhão de adesões.



# Projeto de Lei da Mídia Democrática

## Princípios e objetivos:

- Ampliar a liberdade de expressão e opinião,
- Promover a cultura nacional;
- Promover a diversidade regional;
- Combater a discriminação e o preconceito principalmente contra mulheres, homossexuais, negros e indígenas;
- Garantir os direitos de quem assiste TV e ouve rádio e não só de quem faz;
- Garantir que exista uma quantidade equilibrada de canais privados, públicos e estatais, dividindo da melhor forma possível os canais em benefício da diversidade e da pluralidade;

# Projeto de Lei da Mídia Democrática

---

## Princípios e objetivos:

- Estimular a concorrência entre as empresas privadas de comunicação e combater a concentração econômica/de mercado e a propriedade cruzada (quando um grupo controla várias mídias na mesma área de cobertura) ;
- Proteger as crianças e adolescentes de programas e propagandas nocivos a eles;
- Proteger a privacidade dos cidadãos quando a informação não forem de interesse público;
- Garantir Direito de Resposta na mídia
- Garantir que pessoas com deficiência também consigam entender o que está passando no rádio e na TV;
- Garantir a constituição de um **Conselho Nacional de Comunicação**, de composição democrática e transparente com ampla participação da sociedade civil na definição das políticas de comunicação.



# Agenda de curto prazo

---

## Rádiodifusão privada:

- Proibição de outorgas para deputados/senadores;
- Combate ao arrendamento e subconcessões;
- Enfrentar o “livre mercado” de compra e venda de outorgas e concessões;
- Garantia de respeito aos limites de concentração já previstos na lei vigente e regulamentar à formação de redes para impedir ainda mais a concentração!
- Responsabilização das emissoras por violações direitos humanos (ex: *programas policiaiscos*);
- Fiscalização de demais regras de conteúdo (ex: *limites de publicidade comercial em até 25% da programação*);
- Estabelecer procedimentos mais democráticos para concessão/renovação de outorgas.



# Agenda de curto prazo

---

## **Comunicação pública/comunitária:**

- Fortalecimento da EBC e das emissoras do campo público com garantia de autonomia, financiamento e estrutura adequados;
- Barrar a criminalização histórica das rádios comunitárias e estabelecer mecanismos mais justos e democráticos de financiamento;

**Banda Larga:** universalização do acesso com qualidade e preços justos!

**Verbas públicas publicidade:** Estabelecer critérios de diversidade/pluralidade na distribuição dos anúncios como forma de estimular a diversidade.

**Classificação indicativa:** lutar contra o retrocesso no julgamento do processo no STF que pode acabar com a vinculação horária da classificação indicativa e violar o direito de crianças e adolescentes, rompendo uma política consolidada no país.

# O QUE QUEREMOS

---

Construir um país mais democrático, desenvolvido e socialmente justo e, para isso, é imprescindível garantir ampliar a liberdade de expressão e assegurar diversidade e pluralidade nos meios de comunicação como direito fundamental de brasileiros e brasileiras!



# OBRIGADA!

**Rosane Bertotti**

Coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização  
da Comunicação – FNDC

